

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado António Maló de Abreu

S. Bento, 30 de novembro de 2022

Assunto: Entrega imediata à Assembleia da República do documento técnico elaborado pela Comissão de Acompanhamento de Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Parto

O Governo constituiu, em junho de 2022, a Comissão de Acompanhamento de Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Parto. Disse-se que esta comissão ficaria encarregada de estudar e fazer propostas para ultrapassar a situação difícil que o Serviço Nacional de Saúde vivia – e continua a viver - na área da obstetrícia.

Segundo o coordenador desta comissão, no dia 15 de setembro de 2022 existia já um relatório elaborado e pronto “para entregar no sábado ao Ministério da Saúde”¹ e no dia 20 de setembro o Ministro da Saúde disse que iria reunir, “nos próximos dias” com o coordenador da comissão².

Certo é que desde então nada mais se soube sobre esse relatório. O Governo recebeu-o e guardou-o para si teimando em não informar o país sobre que medidas está a preparar.

Isso não tem impedido, no entanto, que muitas medidas sejam colocadas na imprensa sem que o Governo as confirme ou desminta e sem que torne público o relatório da comissão ou as intenções do próprio Governo. Já ouvimos falar do encerramento de 6 maternidades e sobre isso o Governo apenas garantiu que nenhuma encerrará até ao final de 2022, ou seja, até daqui a um mês; mais recentemente avançou-se com a possibilidade de passar a

cobrar taxas moderadoras às mulheres grávidas, uma ideia peregrina que é um enorme retrocesso na forma como se trata a saúde materno-infantil e na forma como se devem encarar esses copagamentos indevidos que são as taxas moderadoras. Mais uma vez, o Ministro não confirma nem desmente, mas certo é que a medida já foi publicitada.

É espantoso que perante tudo isto o Governo continue a dizer que ainda não tomou decisões e continue a negar a entrega do documento técnico elaborado pela Comissão de Acompanhamento de Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Parto. Diz o Governo que é apenas uma versão preliminar e que, por isso, não a entrega à Assembleia da República. No entanto, não se inibe de fazer noticiar propostas que lá constam.

Qualquer medida política numa área tão importante como a obstetrícia e a organização da rede de urgências e de maternidades não pode ser tomada na opacidade, de forma escondida ou dissimulada. Mais, o Governo não pode sonegar ao Parlamento informação que está na sua posse e que é publicitada, de forma avulsa e orientada, na comunicação social.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a entrega imediata à Assembleia da República do documento técnico elaborado pela Comissão de Acompanhamento de Resposta em Urgência de Ginecologia, Obstetrícia e Bloco de Parto.

A Deputada do Bloco de Esquerda,
Catarina Martins